

POR UMA EDIÇÃO CRÍTICA DA GRAMÁTICA DE ANCHIETA (1595)

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

Debatemos, em nossa apresentação, o percurso das principais edições da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de S. José de Anchieta, SJ (1595, 1874, 1876, 1933, 1946, 1980 e 1990), descrevendo-as a partir dos pressupostos da Historiografia da Linguística (HL), nos modelos propostos por Koerner (1996) e Swiggers (2019). Nosso objetivo é analisar as obras e os critérios de crítica textual adotados pelos editores, evidenciando a necessidade de se desenvolver uma edição crítica e comentada do texto gramatical quinhentista anchietano, além da necessidade de se analisar a intertextualidade de sua obra com outros textos gramaticais de tradição quinhentista, sobretudo gramáticas de língua latina do humanismo renascentista, de autores como Nebrija, Despautério, Clenardo e Manuel Álvares.

Palavras-chave:

Gramaticografia. Linguística Missionária. Historiografia da Linguística.

ABSTRACT

In this article, I discuss the course of the main editions of the *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, by S. José de Anchieta, SJ (1595, 1874, 1876, 1933, 1946, 1980 and 1990), describing them from the assumptions of Historiography of Linguistics (HL), in the models proposed by Koerner (1996) and Swiggers (2019). My objective is to analyze the works and criteria of textual criticism adopted by the editors, highlighting the need to develop a critical and commented edition of the anchietan 16th century grammatical text, in addition to the need to analyze the intertextuality of his work with other traditional grammatical texts 16th century, especially Latin grammars of Renaissance humanism, by authors such as Nebrija, *Despauterius*, Clenardo and Manuel Álvares.

Keywords:

Gramaticography. Missionary Linguistics. Historiography of Linguistics.

1. Introdução

O presente artigo se vincula ao campo da Historiografia da Linguística, que tem como escopo analisar o pensamento linguístico, através de uma “visão historicamente orientada” (ALTMAN *et al.*, 2019, p. 9). Nosso objeto de estudos é a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada na tipografia régia da Universidade de Coimbra no ano de 1595, cujo autor foi o humanista cristão S. José de Anchieta.

eta, SJ (1534–1597), homem de letras do Brasil quinhentista. Em relação aos meios (SWIGGERS, 2019, p. 54) de realização dessa tarefa metalinguística, que é a análise historiográfica, podemos descrever como uma série de edições da gramática anchietana serviram para a difusão do texto, desde sua *editio princeps*.

A gramática anchietana pode ser considerada a pedra angular para o estudo da Historiografia Linguística no Brasil do século XVI, sobretudo para os estudos de gramaticografia nesse contexto, conforme tradição filológica e linguística preponderante no Brasil¹ (ANCHIETA, 1990).

No artigo, analisamos a estrutura e a divisão da gramática anchietana, que é dividida em dezesseis capítulos, comentamos as principais edições do texto até o século XX, e, por fim, a possibilidade de análise pela intertextualidade da gramática anchietana com gramáticas latinas renascentistas. Nesse aspecto, cumpre salientar que o texto dos *Rudimenta* da gramática latina de *Despauterius* pode ter tido grande influência no pensamento linguístico de Anchieta (NAVARRO, 2000), por ter sido

¹ Uma das polêmicas a respeito da língua descrita por Anchieta é se a Língua Portuguesa como superstrato teria influído na língua descrita por Anchieta, não sendo a gramática anchietana uma descrição direta do idioma dos Tupinambás, mas de uma língua de contacto, essa opinião, que seguimos, é predominante entre especialistas no Brasil: “Após uma atenta leitura da Arte a primeira questão que se nos coloca e que merece relevo é esta: A gramática da Anchieta é uma gramática do tupi, /tupiguarani/tupinambá, no seu estado puro? Esta questão já polemizada por vários estudiosos como Armando Cardoso, Hildo Honório do Couto, Carlos Drumond, Frederico Edelweiss, Maria Luisa Carlota, Serafim da Silva Neto, Suzanne Romaine, Aryon Rodrigues, Ione Leite, Edith Pinto, Ricardo Cavaliere, entre alguns mais, continua a ser pertinente, pois, a nosso ver, não devemos falar de uma gramática da língua tupi, pelo menos no seu estado puro (a este propósito lembramos que a versão impressa desta obra aparece cerca de quatro a cinco décadas após o primeiro contacto dos falantes portugueses com os povos nativos) mas de um tupi já corrompido pelo português. Esta posição é defendida por Ricardo Cavaliere, em 2001 (cf. CAVALIERE, 2001, p. 11-21). E nesta perspectiva. Anchieta já tem essa consciência linguística pois ao dar como título à sua obra *Arte de Grammatica da Língua mais usada na costa do Brasil* e não arte de gramática do tupi/tupiguarani/tupinambá denota não só o conhecimento ‘da ocorrência na época de mais de um sistema linguístico em uso, como também – e principalmente – que o ali descrito era o de uso majoritário na costa brasileira. Essa evidência, aliada ao quadro da etnia populacional no Brasil quinhentista nessa área geográfica, conduz-nos a uma maioria de falantes de língua geral, de origem extremamente variada’ (CAVALIERE, 2001, p. 17). Aliás o próprio Anchieta referencia os ‘Tupis de sam Vicente’, os ‘Tamoyos do Rio de Janeiro’ os ‘Pitiguáres do Paraíba’ e ‘as muitas variedades que têm’ a língua do Brasil. Trata-se, a nosso ver, corroborando a tese de Cavaliere, de uma gramática do tupi corrompido por superstrato português. ainda que alguns estudiosos não a admitam” (ASSUNÇÃO; FONSECA, 2005, p. 168).

utilizada pelos mestres bordalenses no ano de 1548 no Real Colégio das Artes de Coimbra, que adotava o *modus parisiensis*.

A obra do humanista Despautério teve grande influência no modelo de educação humanística que ficou conhecido à época em Portugal como *modus parisiensis*, antecedendo à hegemonia da gramática de Manuel Álvares, no humanismo renascentista português, sendo concorrente com as obras de Clenardo. As obras de Clenardo, principalmente para o ensino de grego e de hebraico foram muito influentes na época de formação de Anchieta, em seu curso de Humanidades, durante a estadia em Coimbra.

Nossa abordagem historiográfica se dá pela fundamentação teórico-metológica de Konrad Koerner e Pierre Swiggers, vinculando-se às pesquisas desenvolvidas no âmbito do GT da Anpoll de Historiografia da Linguística Brasileira e aos modelos de análise propostos por esse círculo acadêmico (BATISTA, 2013). Nesse aspecto, cumpre salientar a relevância do conceito de ‘programa de investigação’ (SWIGGERS, 2019), para se compreender o processo de concepção da gramática de Anchieta, elaborada em 1556, mas publicada apenas em 1595 (ANCHIETA, 1990), na *editio princeps*. Do primeiro contato linguístico com povos indígenas na América portuguesa, até a edição da gramática de Anchieta, uma rede de informantes, intérpretes e missionários se formou em torno da gramatização do idioma dos tupinambás da costa, que serviria de língua de catequese, no projeto de expansão colonial, tendo a língua portuguesa como superstrato (CAVALIERE, 2001). Defendemos a necessidade de uma edição crítica da gramática anchietana, seguindo critérios filológicos e de Crítica Textual (BASSETTO, 2013), tendo como foco a exegese do texto anchietano, a partir da intertextualidade com outras gramáticas, principalmente as de base latina.

Acreditamos que o processo de constituição da gramática anchietana se deu a partir de um ‘programa de investigação’ no Brasil quinhentista, por uma rede de informantes indígenas, intérpretes e um círculo intelectual de missionários e administradores da colônia que possuíam formação humanística. Essa rede de interações, que se baseava no aprofundamento do contato linguístico inicial, permitiu ao missionário jesuíta empreender a tarefa de desenvolver uma gramática para a língua de catequese e contato da costa do Brasil no século XVI, contudo, para a exegese do texto é necessário analisar o tema mais profundamente. Nesse aspecto, missionários franciscanos, intérpretes, como João Ramalho, além de outros missionários jesuítas, como Leonardo Nunes e Azpilcueta

Navarro, teriam tido papel fundamental no contato linguístico com povos indígenas na América portuguesa, facultando a Anchieta acesso a uma interação linguística já em curso quando buscou descrever a língua de contato.

2. A estrutura da gramática de Anchieta

A gramática de Anchieta está estruturada em dezesseis capítulos, tendo sido escrita em língua portuguesa, com citações em latim ao longo do texto, para a descrição da ‘língua mais usada na costa do Brasil’ (ANCHIETA, 1595), há também uma referência ao galego, no corpo do texto. No mais, a ‘língua mais usada na costa do Brasil’ registrada é o idioma dos tupinambás, utilizado para contato linguístico e catequese, já afetado pelo superstrato da língua portuguesa (CAVALIERE, 2001). Uma polêmica sobre a nomenclatura da língua causou uma controvérsia, havendo diversos nomes na tradição interpretativa: Tupi, Tupi-guarani, Língua Geral Paulista, Tupinambá, entre outros. Por fim, preferimos adotar a nomenclatura idioma tupinambá, de acordo com Aryon Rodrigues (RODRIGUES, 2005). Na gramática, Anchieta descreve o alcance dessa língua de contato, delimitando as regiões da costa do Brasil quinientista, em que essa língua de contato esteve em uso.

Ademais podemos notar que a gramática acompanhava outros materiais de apoio: os ‘diálogos’ e a doutrina católica traduzida, conforme se nota pelo registro do tribunal do Santo Ofício (ANCHIETA, 1595; 1990). Esses outros textos tiveram licença para a impressão, todavia, se foram realmente tipografados, deles não possuímos cópia, senão manuscrita. A obra não possui sumário.

Apresentamos uma síntese dos temas e dos capítulos, como um guia de leitura da gramática, parte inicial do processo de organização de uma edição crítica. O tema dos dezesseis capítulos da gramática divide-se da seguinte forma, com os títulos que se seguem, note-se que as páginas só possuem numeração na frente, sendo necessário utilizar a notação ‘f’ para frente e ‘v’ para verso.

2.1. Cap. I. Das letras (ANCHIETA, 1595, p. 1f a 2f)

Apresenta as regras gerais de representação de fonemas da língua de contato indígena por caracteres latinos, os encontros consonantais e as

variações no uso da língua entre os tupis de São Vicente, os tamoios do Rio de Janeiro e os pitiguares da Paraíba. Esse capítulo oferece indicações para a transcrição da fala indígena em caracteres latinos. Sua extensão é de 3 páginas, com as subdivisões: ‘Com advérbio’ (p. 2f.) e ‘Nomes com a preposição, *Pè*’ (p. 2f.).

2.2. Cap. II. Da Orthographia ou pronunciação (ANCHIETA, 1595, p. 2f a 6v)

Apresenta a ortografia e a pronúncia da língua de contato indígena, parecendo um guia para a leitura de textos, apresentando mudanças fonéticas e prosódicas. Há uma comparação com o português e análise da divisão silábica, conforme conceitos derivados a tradição gramatical latina. Sua extensão é de 10 páginas, subdivide-se em: ‘Nos pretéritos’ (p. 2v).

2.3. Cap. III. De Accentu (ANCHIETA, 1595, p. 7f a 9f)

Apresenta as regras de acentuação e a prosódia. No final do capítulo, Anchieta registra que os três primeiros capítulos se destinam, como uma unidade, a explicar como ler e pronunciar os textos escritos na ‘língua mais usada na costa do Brasil’, ressaltando que o ‘uso’ e a ‘viva voz’ ensinará as variantes da língua. Grosso modo, os três capítulos iniciais estão centrados na descrição fonética da língua de contato com indígenas na costa do Brasil quinhentista. Sua extensão é de 3 páginas. O capítulo não se subdivide.

2.4. Cap. IV. Dos Nomes (ANCHIETA, 1595, p. 9f a 10v)

Note-se que há duas páginas com a numeração 09, por erro do tipógrafo. Apresenta os ‘nomes’, conceito equivalente a substantivos. No capítulo, Anchieta nota na língua de contato a ausência de casos latinos, exceto o vocativo, a presença dos números singular e plural, a composição de nomes e numerais, que se restringem do 1 ao 4. A extensão do capítulo é de 6 páginas, se subdividindo em: ‘Da composição dos nomes’ (p. 8v).

2.5. Cap. V. Dos pronomes (ANCHIETA, 1595, p. 10v a 17f)

Apresenta os principais pronomes da língua de contato. Os pronomes são apresentados em comparação com o sistema de casos latinos, apresentando nominativo, dativo, acusativo e vocativo, há a descrição de pronomes relativos e recíprocos. A extensão do capítulo é de 14 páginas, que se subdividem em: ‘Construção destes pronomes’ (p. 11f), ‘De Acê’ (p. 12f), ‘Construção mais particular dos pronomes e nomes’ (p. 12v), ‘Do relativo ç’ (p. 12v), ‘Dos começados por t que tem i por relativo’ (p. 14f), ‘Do uso do recíproco o’ (p. 16f). Metade da página 17f está em branco, o que dá uma percepção de que os capítulos IV e V formam uma unidade.

2.6. Cap. VI. Dos Verbos (ANCHIETA, 1595, p. 17v a 20f)

Apresenta os principais tempos verbais e pessoas, com o verbo *Iucâ* (matar), como paradigma. A divisão inicial é ordenada em afirmativo e negativo, nos tempos do presente, imperfeito, perfeito e mais que perfeito, no modo indicativo, seguindo a gramática latina. Há a apresentação dos números singular e plural. O futuro, o optativo, o pretérito perfeito, o presente do conjuntivo também são apresentados. O capítulo se encerra com a voz passiva. A extensão do capítulo é de 6 páginas, que se subdividem em ‘Gerúndio in do e primeiro supino’ (p. 19f), ‘Particípios ou verbais ativos em âra’ (p. 19f), ‘Outros passivos’ (p. 19v).

2.7. Cap. VII. Anotações, na Conjugação (ANCHIETA, 1595, p. 20f a 36f)

Continuação do capítulo anterior, com diversas formações verbais e diversos paradigmas. São apresentadas as seis pessoas verbais, os verbos com ‘artículos’, os tempos do presente do indicativo, futuro, modo imperativo, presente do conjuntivo, optativo, pretérito imperfeito (duas formas), outra formação de futuro, o infinitivo, gerúndios, supinos, participípios e voz passiva. O capítulo é bem complexo, comparado com os anteriores, e mostra algumas formações verbais irregulares da língua de contato, aprofundando a descrição do capítulo anterior. O capítulo está subdividido em diversas partes: ‘Presente do indicativo’ (p. 21f), ‘Futuro’ (p. 22f), ‘Imperativo’ (p. 22f), ‘Presente do conjuntivo’ (p. 22v), ‘Optativo’ (p. 23f), ‘Do presente do conjuntivo já fica dito. Pretérito imperfeito primeiro’ (p. 25f), ‘Pretérito imperfeito segundo’ (p. 25v), ‘Futuro’

(p. 26f), ‘Infinitivo’ (p. 26v), ‘Formação’ (p. 27f), ‘Construção do infinitivo e seu uso’ (p. 27f), ‘Dos Gerúndios’, ‘Em do, dum’, ‘Último supinos’, na página 27v.

Subdivide-se ainda em ‘Formação do gerúndio em do, ou dum, ou supino’ (p. 28f), ‘Dos gerúndios e supinos negativos’, ‘Dos gerúndios dos neutros’, na página 28v, ‘Dos gerúndios que não têm artigos’ (p. 29f), ‘Da construção do gerúndio em do’, ‘Dos participios verbais em ara, aba’, na página 28v, ‘De bac’ (p. 30v), ‘De Bôra’ (p. 31f), ‘Dos verbais passivos, ou participios, em ira’, ‘Dos de mi’, ‘Dos verbais dos neutros’, na página 32f, ‘Dos de âba’ (p. 32v), ‘Da formação dos pretéritos e futuros dos nomes’ (p. 33f), ‘Do uso destes futuros’ (p. 33v), ‘Dos verbais amboéira’, ‘Do verbo negativo’, na página 34f, ‘Do verbo passivo’ (p. 35f), ‘Do recíproco mútuo’, ‘Do interrogativo’, na página 35v.

2.8. Cap. VIII. Da Construção dos verbos activos (ANCHIETA, 1595, p. 36f a 37v)

O capítulo trata de sintaxe, a partir da construção frasal com verbos ativos, valendo-se da sintaxe latina para descrever a língua indígena, utilizando a Língua portuguesa como língua de descrição, os exemplos se baseiam no uso do nominativo e do acusativo. A partir desse capítulo, já são analisadas sentenças na língua de contato na gramática anchietana. O capítulo não se subdivide, e dá ideia ao início de uma unidade para a análise de orações.

2.9. Cap. IX. Dalgũas maneiras de verbos em que esta amphibologia se tira (ANCHIETA, 1595, p. 37v a 40f)

Ainda sobre morfologia e sintaxe verbal, o capítulo descreve o sistema verbal da língua indígena, classificando os tipos de verbo por seus morfemas iniciais (verbos começados por ç, com zeura, neutros com ç, começados por r, no, começados por ix, por i, por yo). Por fim, o capítulo trata dos advérbios. O capítulo está subdividido em: ‘Dos começados por ç com zeura’ (p. 37v), ‘Dos neutros que têm ç’ (p. 38f), ‘Dos começados por r, no’, ‘Dos começados por ix’, na página 38v, ‘Dos começados por i, yo’, ‘Da regra do advérbio’, na página 39f, ‘Da construção dos neutros’ (p. 40f).

2.10. Cap. X. Das Praeposições (ANCHIETA, 1595, p. 40f a 46f)

Apresenta as principais preposições e seu uso. O capítulo se vale da descrição da língua latina como meio de comparação com a língua de contato indígena, um dado interessante é o fato de as ‘praeposições’ serem ‘postposições’ na língua indígena descrita por Anchieta. O capítulo possui diversos metatermos em Língua Latina, tendo uma extensão maior do que os outros capítulos. É subdividido em: ‘Anotações sobre as preposições’, ‘Mo’, na página 41v, ‘Pe’, ‘Bo’, na página 42 f, ‘Bo, desitio’ (p. 42v), ‘çupê’, ‘çui’, na página 43f, ‘çocê’, ‘çupi’, ‘Porupi’, na página 43v, ‘Pabê, ndi’, ‘Cecê, ri’, na página 44f, ‘Eimebê, yanondê, rirê’ (p. 44v), ‘Rirê’ (p. 45v).

2.11. Cap. XI. De sum, es, fui (ANCHIETA, 1595, p. 46f a 48f)

Apresenta construções com verbo de ligação, sendo utilizado o paradigma latino para analogia. Este capítulo está numerado como II, talvez por erro do tipógrafo, talvez por ter sido editado fora de ordem. Acreditamos ser erro de tipografia, pois abre uma série final da gramática de capítulos sobre verbos e a construção frasal. O capítulo está subdividido em: ‘De Ruâ com os mais verbos’ (p. 47f), ‘Da segunda significação se sum, que é ter ou possuir, como est mihi filius, tenho filho’ (p. 47v).

2.12. Cap. XII. Dos verbos neutros feitos activos (ANCHIETA, 1595, 48f a 49v)

No capítulo é tratada a composição verbal por infixos, principalmente dos chamados verbos neutros, que recebem o acréscimo das partículas ‘mo’ e ‘ro’ para se tornarem ativos. O capítulo tem uma subdivisão: ‘De ucâr’ (p. 49f).

2.13. Cap. XIII. Dos activos feitos neutros (ANCHIETA, 1595, p. 49v a 51v)

Esse capítulo é complementação ao anterior, sobre as vozes dos verbos e sua transitividade, como se tornam os verbos ativos em neutros, e vice-versa, com o acréscimo de infixos. Há uma subdivisão no capítulo: ‘Dos neutros’ (p. 51f).

2.14. Cap. XIV. Da Composição dos verbos (ANCHIETA, 1595, p. 52f a 52v)

No capítulo, que é bem curto, são descritas as formas regulares de composição verbal que se diferencia dos modos anteriores. Há exemplos de composição de verbos com outros verbos e advérbios e a conjugação específica desses novos verbos.

2.15. Cap. XV. Da Repetição dos verbos (ANCHIETA, 1595, p. 52v a 54v)

O capítulo analisa a formação de verbos pela repetição do radical. Anchieta chama esses verbos de ‘frequentativos’, que se formam pela repetição do radical, fenômeno que em grego seria considerado um redobro, ocorrendo em alguns verbos latinos. O capítulo se subdivide em: ‘i ou Nhe’ (p. 54f), ‘De Opab’ (p. 54v).

2.16. Cap. XVI. De alguns verbos irregulares de Aê (ANCHIETA, 1595, p. 54v a 58v)

O capítulo é dedicado ao verbo Aê, Aipôaê (eu digo) e outros verbos irregulares, demonstrando suas construções específicas. O último capítulo da gramática de Anchieta se subdivide em: ‘Verbais em ára, ába’ (p. 55v), ‘Doutras partículas que pedem gerundio’ (p. 57f), ‘De Raê, ‘Doutros verbos irregulares’, na página 57v.

3. A estrutura da gramática: comentários gerais

A gramática se divide conforme a tradição gramatical renascentista latina, valendo-se dos conceitos de ‘partes do discurso’. Os três primeiros capítulos tratam do que atualmente temos por fonética, a representação dos sons da fala, a transcrição de textos e a prosódia. Do capítulo IV ao XI, Anchieta descreve a morfologia da língua de contato, enquanto do capítulo XII ao XVI, grosso modo, há uma descrição centrada na morfossintaxe, isto é, na morfologia e na sintaxe. A gramática pressupõe o conhecimento de outros textos metalinguísticos, tendo em vista que os conceitos e metatermos apresentados pelo autor não são definidos diretamente. Há uma quantidade expressiva de capítulos sobre verbos,

mostrando que este aspecto foi considerado fundamental por Anchieta para a descrição da língua geral.

Dessa forma, acreditamos que a intertextualidade é um processo necessário no estabelecimento de texto e análise crítica, para a exegese da gramática anchietana. Pelo fato de ter sido escrito em língua portuguesa, a primeira camada de intertextualidade a ser analisada deve ser com os manuais e gramáticas de Língua Portuguesa do século XVI, sobretudo com a obra de João de Barros, notadamente a ‘cartinha’. Uma segunda camada de intertextualidade se dá com as gramáticas latinas renascentistas, notadamente a gramática de *Despauterius*, aquela que foi, provavelmente, utilizada pelos mestres bordalenses na educação de Anchieta no Real Colégio das Artes de Coimbra entre 1548 e 1551. Por fim, uma tradição indireta seriam as obras de Nebrija e as obras de Clenardo, principalmente a gramática grega, manuais muito utilizados em Portugal à época.

Acreditamos que a gramática de Manuel Álvares tenha tido uma influência limitada, por ter publicação no ano de 1572, tendo em vista que a redação da gramática anchietana iniciara em 1554 e já estava em uso em 1556, ainda que tenha sido publicada somente em 1595. De toda forma, é interessante averiguar se os conceitos apresentados na obra *De Institutione Grammatica Libri Tres* são compatíveis com a descrição da língua geral por Anchieta.

Estruturalmente, a gramática de Anchieta apresenta a língua geral em diversos níveis, como se propõe a gramática tradicional, de base latina, entretanto, se nota a necessidade de apoio em textos desta tradição, o que se dá nas outras obras em língua geral registradas para a leitura em concomitância com a gramática. Acreditamos que uma edição crítica e a exegese do texto gramatical pautado na intertextualidade possam auxiliar na compreensão do texto anchietano.

4. *Fortuna crítica: as edições da gramática*

A *editio princeps* da gramática anchietana, de 1595, sob o título *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, foi tipografada por Antônio de Mariz, impressor régio, que atuava na Universidade de Coimbra, à época. Essa edição provavelmente circulava entre os missionários que se preparavam para vir ao Brasil. Segundo Armando Cardoso, há três exemplares dessa edição, um no Brasil, na Fundação Biblioteca

Nacional, outro na Biblioteca Vittorio Emanuele, em Roma, e, por fim, um terceiro exemplar, no Arquivo da Companhia de Jesus (ANCHIETA, 1990). Não há registro de versões manuscritas.

As dimensões da *editio princeps* são 15,5 por 11,0 centímetros, com duas folhas, com as licenças do Santo Ofício, não numeradas e mais 58 folhas, com o texto da gramática, numeradas na parte da frente, com um erro de numeração, por repetição de número (ANCHIETA, 1990). A edição foi tipografada em Coimbra em 1595, pelo tripógrafo régio Antônio de Mariz. Acredita-se que essa edição tenha vindo a lume a partir de versões manuscritas anteriores, tendo em vista que consta ter sido elaborada a primeira versão manuscrita, por Anchieta, em 1556.

Depreende-se da leitura do original que a gramática anchietana não era um texto para iniciantes, tendo em vista que os conceitos apresentados não são definidos na própria gramática. Dessa forma, o leitor deveria estar acostumado à tradição gramatical e à metalinguagem da época. Por ter sido escrita em língua portuguesa, acreditamos que as fontes de comparação, a fim de elucidar a intertextualidade da gramática anchietana, são gramáticas de língua portuguesa, entretanto, como há exemplos e metatermos em latim, as gramáticas latinas no contexto da educação humanística anchietana podem servir para a compreensão dos conceitos empregados por Anchieta.

Após a edição do século XVI, houve um grande lapso temporal até a segunda edição conhecida da obra, apenas em fins do século XIX, em 1874, por Júlio Platzmann que editou uma transcrição em português, com atualização ortográfica, e, em seguida, em outra edição, no mesmo ano, verteu a obra para o alemão sob o título *Grammatik der Brasilianischen Sprache mit zugrundelung des Anchieta, herausgeben von Julius Platzmann*. Em 1876, Júlio Platzmann publicou uma edição facsimilada da obra (ANCHIETA, 1990).

A partir da edição moderna de Julio Platzmann, outras edições fac-similares se desenvolveram, valendo-se das chapas estereotípicas de Platzmann, doadas à Fundação Biblioteca Nacional do Brasil. Houve reedições brasileiras facsimiladas em 1933, 1946 e 1980, até que Armando Cardoso iniciou a edição moderna de todas as obras de Anchieta em conjunto que ficou conhecido como *Monumenta Anchieta*. A edição de Cardoso da gramática anchietana em 1990 é a fonte principal para pesquisadores no Brasil que tem dissertado sobre o tema.

5. *Intertextualidades possíveis: gramáticas latinas renascentistas*

Na época do Renascimento europeu, os humanistas desenvolveram seus debates acadêmicos sobre o pensamento linguístico, sobretudo a partir da publicação de gramáticas de tradição latina e vernaculares, a educação humanística de Anchieta, em Portugal, entre 1548 e 1551, não foge a esse contexto, tendo a influência das obras utilizadas em seu processo de ensino. Otto Zwartjes, pesquisador do campo da Linguística Missionária, ao descrever as possíveis influências que a gramática de Anchieta sofreu em sua concepção, cita, dessa forma, o tupinólogo Eduardo de Almeida Navarro, que compara a gramática de Anchieta com as de Nebrija, *Despauterius* e João de Barros, notando a ausência de comparação com a gramática de Manuel Álvares:

Of course, the publication of the Latin grammar of Álvares antedates the publication of the tupinambá grammar of Anchieta, which appeared in 1595. The final version is the result of linguistic field work of Anchieta which already started in the fifties of the XVIth century, so it is not impossible that Álvares' grammar has been used in his revisions and the re-writing of his grammar. Although it is not very probable that a Latinist and teacher in Latin would ignore a work accepted by the order in the *Ratio Studiorum* of the Jesuits, there is no evidence at all concerning the use of Álvares' grammar in Brazil. I see no reason why, for instance, Almeida Navarro only compares the Tupi grammar of Anchieta with *Despauterius*, Nebrija and Barros, excluding Álvares (Navarro 1997: 663). It is not so easy to determine which grammars were used in Brazil in these early days (ZWARTJES, 2002, p. 20)²

As obras de Nebrija, João de Barros, Clenardo e *Despauterius* estão na abrangência referencial da educação humanística da época de Anchieta, enquanto a gramática de Manuel Álvares foi publicada em um momento em que Anchieta já atuava no Brasil, no ano de 1572, podendo ter servido apenas para a revisão da gramática anchietana. A fim de revelar as fontes de Anchieta em sua gramática, a análise intertextual, princi-

² Tradução: “Certamente, a publicação da gramática latina de Manuel Álvares antecipa a publicação da gramática do tupinambá de Anchieta, que veio a lume em 1595. A versão final é o resultado de um trabalho de campo linguístico de Anchieta, que já o havia iniciado nos anos 50 do século XVI, então, não é de todo improvável que a gramática de Álvares pudesse ter sido usada em suas revisões e na reescrita de sua gramática. Dessa forma, não é muito provável que um latinista e professor de Latim poderia ignorar um trabalho aceito por sua ordem religiosa, na *Ratio Studiorum* dos jesuítas, porém, não há evidência em relação ao uso da gramática de Álvares no Brasil. Eu não vejo razão por que, por sua vez, Almeida Navarro apenas compara a gramática de tupi, de Anchieta, com *Despautério*, Nebrija e Barros, excluindo Álvares (NAVARRO, 1997, p. 663). Não é fácil determinar quais gramáticas eram utilizadas no Brasil nessa época inicial.

palmente em referência aos metatermos é o processo que pode evidenciar quais foram os modelos utilizados na obra.

A educação humanística anchietana, antes de seu ingresso na Companhia de Jesus, ocorreu em um período conturbado pela reforma das instituições educacionais em Portugal. Após a política de ‘bolseiros’, humanistas, sob a direção de André de Gouveia estruturam o ensino no Real Colégio das Artes de Coimbra em 1548. Essa é a época em que a educação de Anchieta se desenvolveu, sob o ensino conhecido à época como *modus parisiensis*, que se valia do ensino do vernáculo e do Latim, com a gramática de Despautério. Um embate teórico, linguístico e teológico, contra os mestres bordaleses em Coimbra, foi tão acentuado que a palavra ‘despautério’ passou a ter uma conotação negativa na língua portuguesa.

Anchieta estudou na instituição provavelmente entre 1548 e 1551, tendo em vista ter passado o ano de 1552 adoentado (VIOTTI, 1980). Após ingressar na Companhia de Jesus foi enviado ao Brasil em 1553. O ensino entre 1548 e 1551 no Real Colégio das Artes de Coimbra era pautado na experiência de educação humanística francesa que constituía o *modus parisiensis*, cujo ensino gramatical de latim prescrevia o uso da gramática de *Despauterius*, conforme registrado no documento *Schola Aquitanica*. No ensino de grego e de hebraico, as obras de Clenardo predominavam (NAVARRO, 2000).

É provável que Anchieta tenha estudado os *Rudimenta* da gramática de *Despauterius* no período de estadia no Real Colégio das Artes de Coimbra, entre os anos de 1548 e 1551, com idade entre 14 e 17 anos. Não há relatos sobre a educação linguística anterior de Anchieta nas Ilhas Canárias, porém, Hélio Viotti (1980) considera provável que sua educação inicial tenha ficado a cargo de uma escola dominicana próximo à sua residência na primeira infância, o que nos permite conceber que já tenha chegado ao Real Colégio das Artes de Coimbra alfabetizado e conhecedor das orações cristãs em latim.

O texto dos *Rudimenta* da gramática de *Despauterius* apresenta a definição de alguns conceitos que encontramos também na gramática de Anchieta, sendo possível elencar uma intertextualidade entre ambas as obras. Dessa forma, o leitor da gramática anchietana no século XVI teria uma formação humanística para a leitura em língua portuguesa e compreensão dos conceitos em latim. Injustamente, o nome de despautério virou em língua portuguesa um termo pejorativo, oriundo de querela

gramatical do século XVI, por conta de um ‘embate teórico’ no século XVI.

6. Conclusão

Além dos estudos de Julio Platzmann e Armando Cardoso, sobre a gramática anchietana, diversos tupinólogos contribuíram para a investigação do pensamento linguístico de S. José de Anchieta. No âmbito da Historiografia da Linguística no Brasil, o Centro de Documentação em Historiografia da Linguística da Universidade de São Paulo (CE-DOCH/USP) desenvolveu, a partir de 2006, o projeto *Documenta Grammaticae et Historiae*, com objetivo de descrever e analisar a documentação linguística e historiográfica do Brasil, desde o século XVI. No projeto foram catalogados os metatermos da gramática anchietana e elaborado um banco de dados.

Uma edição crítica e comentada da gramática anchietana se faz necessária, para desenvolver uma exegese da obra. Acreditamos que essa exegese se desenvolva pelos critérios de análise da HL, acrescidos da comparação e da análise de intertextualidade da gramática anchieta com outros textos gramaticais em uso no século XVI, no contexto europeu, tanto as gramáticas vernaculares de Portugal e Espanha quanto os textos gramaticais latinos renascentistas.

Portanto, para se compreender o pensamento linguístico anchietano, no contexto dos Estudos de Linguagem atuais, podemos considerar uma nova edição crítica e comentada de sua gramática como instrumento essencial. A fim de vincular a obra de Anchieta à tradição do humanismo renascentista europeu, é necessário demonstrar a intertextualidade da obra com a educação humanística renascentista, em seu amplo contexto cultural de interações no mundo europeu. Dessa forma, a partir da análise crítica da gramática anchietana é possível analisar a história do pensamento linguístico no Brasil quinhentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, C. *et al. Historiografia da Linguística*. Organizado por Ronaldo Batista. São Paulo: Contexto, 2019.

ANCHIETA, J. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Comentários e transcrição de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.

ASSUNÇÃO, C.; FONSECA, M. A Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização dos vernáculos europeus. In: *SECÇÃO DE LINGUÍSTICA / DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PORTUGUESES E DE ESTUDOS ROMÂNICOS. Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 161-76

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: EdUsp, 2013.

BATISTA, R. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALIERE, R. Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga, 2001, p.11-21

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revistada*. In: *ANPOLL*, n. 2, p. 45-70, 1996.

NAVARRO, E. A. O ensino da gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta. PINHO, S. T. *et al.* In: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998) Tomo I*. Coimbra: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000. p. 385-406

SWIGGERS, P. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, R. (Org). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80

VIOTTI, H. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.

ZWARTJES, O. The description of the indigenous languages of Portuguese America by the jesuits during the colonial period: the impact of the latin grammar of Manuel Álvares. In: *Historiographia Linguistica*, n. XXIX: 1/2. Edited by John Benjamins B.V., 2002, Amsterdam, p. 19-70.